

Opinião Econômica

O pacote final

Desindexação da economia, maxidesvalorização do cruzeiro, desdolarização do mercado. E mais: tabelamento de juros e preços e congelamento de salários. E no tiro de misericórdia, a demolição de todos os subsídios e a redução sumária dos gastos do setor público.

Ah! Que tal o corte seletivo das importações e o racionamento dos derivados de petróleo?

oOo

A meia verdade patrocina a meia fantasia. Os empresários estão passando um fim de semana em sobressalto: vem ai um novo «pacote» econômico, na linha da chamada «austeridade purgativa», que deve ser traduzida por «racionalidade recessiva».

Como Carlos Langoni, quarta-feira, revelou o santo mas não contou o milagre, o pessoal imagina o pior.

Os industriais admitem que está ficando cada vez mais difícil piorar a situação, mas como para baixo todos os demônios ajudam, o negócio é permanecer no desvio e aguardar o anúncio do tenebroso «pacotão».

Cortar a cabeça do paciente para acabar com a dor de dente?

Preceito da medicina econômica que administra tratamento de choque para os males que encharcam de dívida e de dúvidas o modelo brasileiro cançado de guerra.

Desindexação sumária é acabar com a correção monetária. Sim, da noite para o dia. A danada da correção, segundo seus detratores, perpetua a inflação na estratosfera dos três dígitos agora que embarcou no índice rosca-sem-fim da indexação plena. Os preços, os juros, os aluguéis, as prestações, as multas, as taxas, as reavaliações, os contratos, alguns salários e as taxas cambiais — tudo isso vai subir amanhã, por decreto de hoje, no calibre da inflação de ontem.

Por extração, a inflação do Brasil, no ano 2.000, será de 130 por cento, na melhor das hipóteses.

oOo

Certo, a correção realimenta a inflação, quando praticada com tanta apetência na vertical e com tamanha abrangência na horizontal. Mas é preciso não desmontar em um ano (nem em dois) a estrutura que sustenta o modelo brasileiro de 1964 e que garante o funcionamento do mercado por sobre os entulhos do terremoto econômico. A desmontagem da correção monetária seria a chegada do maremoto depois do impacto do terremoto.

Bem ou mal, as regras do jogo econômico estão contratadas. A correção, ao tempo em que realimenta a inflação, neutraliza alguns dos seus efeitos mais perversos dentre outros, ela bloqueia o êxodo da poupança financeira para um «black» do tamanho da América Latina.

Ou da Suíça, como suspira a Argentina.

oOo

Literalmente drogado pela correção, o organismo econômico deve passar por um tratamento do tipo gradualista, com redução seletiva ou dirigida da dosagem dessa morfina anestésica.

Vale lembrar que o Brasil conseguiu baixar a inflação de 94 por cento para 16 por cento ao ano; já com a indexação a bordo a correção é complicador, mais não é a matriz nem o motor da inflação brasileira, esse animal híbrido promiscuo partejado pelo cruzamento encrustado de desvios conjunturais do mercado com vazios estruturais do sistema.

oOo
Penso que o «pacotão» já no prelo, não contempla qualquer mudança nas regras do jogo bruto da correção monetária. Este ano, não.

A manutenção da correção monetária pode garantir a sustentação da correção cambial nas bases em vigor: o mesmo índice da inflação brasileira, contado a partir da maxidesvalorização de 18 de fevereiro. Uma nova maxi teria o efeito do miado da leoa no «front» da exportação, mas desorganizaria de vez o sistema econômico brasileiro, ainda não refeito do impacto anterior.

oOo

Uma dica para quem gosta de matemática dominical: a verdadeira paridade cambial do cruzeiro desautoriza uma nova maxi.

Essa paridade, em base honesta, pode ser remontada a partir, de janeiro de 1978. O índice acumulado da inflação brasileira, até abril de 1983. Desencartado do índice acumulado da inflação americana, no mesmo período, desvenda a chamada «inflação líquida» que informa, tecnicamente, a paridade cambial.

Quem se animar a esse exercício aritmético, com base na última edição da «Conjuntura Econômica» da FGV, presente na banca da esquina, vai descobrir, um tanto quanto intrigado, que o cruzeiro já está 63 por cento abaixo (e não acima) da paridade real.

oOo

Uma nova maxi pode ser até uma questão de gosto da autoridade econômica. E gosto não se discute. Inclusive, o gosto de não cumprir o esquema cambial comprometido, sobre o qual o setor produtivo acaba de fazer posição de bilhões de cruzeiros e milhões de empregos. Ou não observação de Winston Churchill, que não era economista:

«Há duas coisas que homem não deve trocar por coisa nenhuma: padrão cambial e mãe. O resto troca-se.»

O Brasil tinha um padrão cambial em novembro, trocou por outro em dezembro, arrumou um terceiro em fevereiro...

oOo

Fica até difícil discutir o terceiro ingrediente-bomba do suposto «pacotão» de junho: a desdolarização da economia brasileira.

Qual é o dólar? O de baixo, o de cima, o da frente, o de trás. O de dentro, o de fora, o da ida, o da volta, o do produto, o do capital, o do leão, o do balcão, o do porão, o da dívida, o da correção, o da fábrica, o da fazenda, o da correção, o do café que vai, o do barril que vem?

Temos 27 diferentes taxas de câmbio no Brasil, todas oficiais.

oOo

Se o novo «pacote» tiver como embalagem o bom-senso, as medidas contemplarão alterações em outras áreas do universo econômico desarrumado. Na berlinda, as estatais.

O alvo é apenas um: a redução do «déficit» público. Logo, são decisões de política fiscal, com repercussão nas estruturas de preços administrados e de valores subsidiados. Decisões que não devem guardar relação direta com a política salarial, de novo recauchutada.

São problemas de natureza orçamentária.

oOo

O diabo é que a sociedade brasileira exige uma impropriedade de física aplicada: o corte radical dos gastos públicos, sem desemprego, ao lado da redução sumária dos subsídios, sem inflação.

A longo prazo, talvez. A curto prazo, não.

oOo

Joelmir Beting